



Recebido em: 17/07/2018

Aceito em: 04/10/2018

**RESISTINDO AO EPISTEMICÍDIO: EM BUSCA DE UMA  
LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA, MOÇAMBICANA E  
ANGOLANA**

*RESISTING THE EPISTEMICIDE: IN SEARCH OF AN AFRO-BRAZILIAN,  
MOZAMBICAN AND ANGOLAN CHILDREN'S LITERATURE*

*RESISTIENDO AL EPISTEMICIDIO: EN BUSCA DE UNA LITERATURA  
INFANTIL AFRO-BRASILEÑA, MOZAMBIQUEÑA Y ANGOLEÑA*

Emanuella Geovana Magalhães de Souza<sup>1</sup>

Francis Musa Boakari<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este estudo propõe-se a analisar o que algumas/alguns afrodescendentes e africanas/os estão produzindo para romper com o silenciamento da chamada literatura infantil afro-brasileira e das literaturas moçambicana e angolana para o segmento infantil, como forma de incentivar e fomentar a efetivação das Leis Federais Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008; e a partir disso entender os ensinamentos e aprendizagens que essas respostas podem oferecer. Dialogamos principalmente com Sueli Carneiro (2005) e Boaventura Sousa Santos (2010) quando discorrem sobre o epistemicídio, estrutura que provoca esses silenciamentos. Pensando nesse cenário de desigualdades, elencamos, a partir de fontes diversificadas, como artigos, livros, catálogos e sites, algumas respostas audaciosas que estão sendo empreendidas por escritoras e escritores afrodescendentes e africanas/os, bem como de algumas editoras brasileiras especializadas nas questões raciais, como forma de provocar rachaduras nas malhas do epistemicídio. Dentre as editoras pesquisadas, destacamos a Editora Kapulana, que publica literatura infantil angolana e moçambicana. Desenvolvemos um levantamento de seu catálogo *on line*, que consistiu no mapeamento da quantidade de obras, período de publicação e autoria. Esperamos com esse estudo visibilizar as respostas de resistência realizadas por mulheres e homens afrodescendentes/africanas (os) no cenário literário e editorial, e assim provocar mudanças na efetivação das Leis

---

1 Mestranda em Educação da Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Piauí (FAPEPI) - slts.emanuella@gmail.com

2 Professor da Universidade Federal do Piauí, Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE), Programa de Pós | Graduação em Educação (PPGED) - musabuakei@yahoo.com



Federais Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura afro-brasileira, Literaturas moçambicana e angolana, Leis Federais Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, epistemicídio, outras epistemologias.

### **ABSTRACT**

*This study aims to analyze what some Afro-descendants and Africans are producing to break with the silencing of the so-called Afro-Brazilian children's literature and the Mozambican and Angolan children's literature as a way of encouraging the implementation of Federal Laws 10.639/2003 and 11.645/2008. And from this understanding the teachings and learning that these answers can offer. We talk mainly with Sueli Carneiro (2005) and Boaventura Sousa Santos (2010) when discussing the epistemicide, structure that causes these silencings. Thinking about this scenario of inequalities, we list from diverse sources, such as articles, books, catalogs and websites, some daring responses being made by Afro-descendant and African writers, as well as some Brazilian publishers specializing in racial issues, such as form of causing cracks in the meshes of epistemicide. Among the researched publishers, we highlight Editora Kapulana, which publishes Angolan and Mozambican children's literature. We developed a survey of its online catalog, which consisted in mapping the number of works, period of publication and authorship. We hope with this study to make visible the resistance responses made by Afro-descendant women and men in the literary and editorial scenario, and thus provoke changes in the implementation of Federal Laws No. 10,639/ 2003 and No. 11,645/2008.*

**KEYWORDS:** *Afro-Brazilian Literature, Mozambican and Angolan Literature, Federal Laws No. 10,639/ 2003 and No. 11,645/2008, epistemicide, other epistemologies..*

### **RESUMEN**

*Este estudio se propone analizar lo que algunas/algunos afrodescendientes están produciendo para romper con el silenciamiento de la llamada literatura infantil afro-brasileña como manera de incentivar y promover la efectividad de las Leyes Federales 10.639/2003 y 11.645/2008. A partir de esto, se pretende entender las enseñanzas y aprendizajes que esas respuestas pueden ofrecer. Dialogamos principalmente con Sueli Carneiro (2005) y Boaventura Sousa Santos (2010) cuando discurren sobre el epistemicidio, estructura que causa estos silenciamientos. Pensando en este escenario de desigualdades, listamos a partir de fuentes diversificadas, como artículos, libros, catálogos y sitios web, algunas respuestas audaces que están siendo pronunciadas por escritoras y escritores afrodescendientes y africanas/os, así como de algunas editoras brasileñas especializadas en las cuestiones raciales, como manera de pro-*



*vocar grietas en las mallas del epistemicidio. Entre las editoras investigadas, destacamos la editora Kapulana que publica literatura infantil angoleña y mozambiqueña. Realizamos un levantamiento de su catálogo en línea, que consistió en el mapeo de la cantidad de obras, periodo de publicación y autoría. Esperamos con este estudio hacer visible las respuestas de resistencia de mujeres y hombres afrodescendientes/africanas (os) en el escenario literario y editorial, y así provocar cambios en la efectividad de las Leyes Federales 10.639/2003 y 11.645/2008.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Literatura afro-brasileña, Literatura mozambiqueña y angoleña, Leyes Federales 10.639/2003 y 11.645/2008, epistemicidio, otras epistemologías.*

### **Começando a conversa**

A literatura infantil no Brasil foi por muito tempo sinônimo de uma literatura denominada clássica que disseminava apenas um tipo de história e representação de personagens, notadamente sobre o contexto europeu. Constantemente silenciavam-se as outras literaturas com temáticas e personagens que não correspondiam à literatura infantil clássica, como aquela voltada à afrodescendência. Esse cenário foi (e ainda é) encontrado nas escolas brasileiras.

A predominância de livros voltados para o segmento infantil sobre/com personagens eurodescendentes, com pouca ou quase nenhuma contextualização das diversidades, era (e continua sendo) evidente no espaço escolar brasileiro. Como exemplo básico, temos o uso maciço dos contos de fadas que, com raras exceções, retratam o modelo ideal de ser meninas/adolescentes: pele clara, cabelos lisos, magras, delicadas, zelosas, condescendentes, graciosas e a espera de um príncipe para serem felizes para sempre. Nesse mundo encantado, meninas e meninos afrodescendentes eram apagadas/os e silenciadas/os. Quando retratadas/os, eram de maneira estereotipada e estigmatizada, como as personagens Saci Pererê, Tio Barnabé e Tia Nastácia, da famosa obra de Monteiro Lobato *O sítio do Pica Pau Amarelo*.

Há evidências de que algumas mudanças foram provocadas a partir da promulgação da Lei Federal Nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Ensino Fundamental e Médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1996 no seu artigo 26ª (BRASIL, 1996). Com tempo, a Lei Nº 10.639/2003 foi substituída pela Lei Nº 11.645/2008 que acrescenta o ensino de história e cultura dos povos indígenas (BRASIL, 2008). Os efeitos provocados pela Lei 10.639/2003 e a luta dos movimentos organizados de afrodescendentes, que não a deixa morrer.

A literatura torna-se peça chave para real efetivação dessas leis, como sugere o segundo parágrafo do Artigo 26ª da LDB/1996, no qual estabelece que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena devem perpassar todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira: “§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito



de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Redação dada pela Lei Nº 11.645, de 2008)” (BRASIL, 1996). Com a literatura voltada à temática racial, em especial, sobre os/as afrodescendentes e africanos/as, é possível repensar sobre os estereótipos e estigmas relacionados a esse segmento da população; produzir sentimento de representatividade nas crianças afrodescendentes; proporcionar contato com as diversidades raciais, geográficas, de gênero, de classe e linguísticas; conhecer países do continente africano em suas contribuições, potencialidades e relações com o Brasil.

Esses silenciamentos colaboram para aquilo que Sueli Carneiro (2005) e Boaventura Sousa Santos (2010) apontam como epistemicídio, entendido como a desqualificação do conhecimento produzido pelos grupos subalternizados e, mais que isso, a anulação de membros destes grupos como humano/a, “[...] não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes” (CARNEIRO, 2005, p. 97). A predominância de uma literatura que enfatiza apenas o conhecimento, saberes, cultura de um povo, nesse caso, o europeu, apagando as outras formas de conhecimento, é exemplo evidente dos meandros do epistemicídio.

Indo contra a correnteza, algumas editoras especializadas na temática referente à afrodescendência ganham maior espaço no mercado editorial brasileiro. Essas empresas com o intuito de valorizar as literaturas afro-brasileira e africana, bem como, potencializar rupturas nas estruturas do epistemicídio começam a fomentar publicações direcionadas à temática racial, em especial, sobre as/os afrodescendentes e africanas/os e, mais que isso, promove a escrita de autoras e autores afrodescendentes e africanas/os. Com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, é possível perceber alguns desdobramentos no cenário editorial brasileiro, como o surgimento de novas editoras com recorte específico na afrodescendência, bem como a consolidação de editoras desse tipo que já existiam antes das referidas leis. Por exemplo, em período anterior as leis, destacam-se três editoras, a saber: Mazza Edições, Pallas e Summus, criadas nos anos de 1981, 1975 e 1999 respectivamente. Em períodos posteriores às leis, foram encontradas as editoras Nandyala (2006); Ciclo Contínuo Editorial (2009), Kapulana (2012); Ogum’s (2014) e Malê Edições (2015).

Nesse artigo, procuramos analisar o que algumas/alguns afrodescendentes e africanas/os estão produzindo para romper com o silenciamento da literatura infantil afro-brasileira e das literaturas moçambicana e angolana para o mesmo segmento, bem como de algumas editoras especializadas nas questões raciais, como forma de incentivar e fomentar a efetivação das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008.

### **A produção de silenciamentos**

O silenciamento de afrodescendentes e africanas/os na literatura, seja como autoras ou



como personagens, situa-se dentro de um cenário complexo e desafiador: o epistemicídio. Porém, esta configuração não afeta apenas os meandros literários, mas também os nossos cotidianos. Consequências arraigadas historicamente, tendo como pano de fundo a modernidade-colonialismo.

Existe uma “autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017) e um “privilégio epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016) de homens ocidentais eurodescendentes, que silenciam e desqualificam a produção de conhecimento daqueles/as que estão fora do eixo Europa–Estados Unidos, sobretudo as mulheres afrodescendentes, latinas e indígenas. Essa divisão social-geográfica do pensamento/conhecimento ocidental é caracterizada por Boaventura de Sousa Santos (2010) como “pensamento abissal”. Para o autor, esse pensamento está baseado na divisão invisível do mundo em duas linhas abissais: “o deste lado da linha”, que seria o eixo Europa – Estados Unidos – o Norte global, e o “do outro lado da linha”, aquelas/es que pertencem ao Sul global. Indo ao encontro das proposições de Boaventura, o autor Grosfoguel se apoia em Rabaka (2010) para denominar essa separação/distinção de “*apartheid epistêmico*”.

Não se trata apenas de uma distinção entre os conhecimentos, mas de uma aniquilação do conhecimento produzido por aquelas/es que não compõem o eixo Norte global. Aniquilação que se traduz na perda da condição humana dessas pessoas, acarretando em sua inferiorização. É dentro desta linha de raciocínio que Sueli Carneiro (2005) aponta o epistemicídio para além da desqualificação do conhecimento daquele considerado outro/a, mas refere-se principalmente a sua desvalorização enquanto ser humano/racional e invisibilização como produtor cultural.

Na lógica do pensamento abissal, os conhecimentos baseados em critérios chamados científicos, filosóficos e/ou teleológicos são produzidos pelo eixo Norte global, ou seja, o “deste lado da linha”, enquanto que a produção epistemológica do “outro lado da linha” é caracterizada por crenças, magias, opiniões (SANTOS, 2010). São produções subjugadas e inferiorizadas por critérios baseados numa pretensa universalidade produzida por esse grupo hegemônico.

Essa pretensa universalidade do conhecimento pregado pelo eixo Norte-global, que não é mais que uma produção situada e localizada, é uma construção (ou imposição?) advinda da modernidade-colonialismo, sustentada por uma base econômica capitalista e pelo pensamento filosófico iluminista. Grosfoguel (2016) defende que a famosa frase de Descartes “penso, logo, existo”, que na época instaurou a filosofia cartesiana, exerceu influências nas estruturas do conhecimento, reverberando até nossos dias.

O “penso, logo, existo” que desafiou o conhecimento divino na época determinava que a sua produção, notadamente masculina, fosse equivalente à “visão dos olhos de Deus”. E, para isso, a mente era separada do corpo, não recebendo influências do mesmo; além disso, constituía-se de um conhecimento formulado a partir de um monólogo sem interação social, como única forma do “Eu alcançar a certeza no conhecimento”. É a partir dessas premissas que o



conhecimento europeu se intitula como universal (GROSFOGUEL, 2016). Essa falsa universalidade, presente até os dias atuais, instaura-se nos trabalhos acadêmicos, na literatura, nas disciplinas da educação básica, na construção epistemológica das universidades. Essa universalidade torna-se ideia base responsável pelo epistemicídio de qual somos vítimas aqui no Sul.

Mas seria então possível a consolidação hegemônica do eixo Norte global a partir da filosofia cartesiana? Grosfoguel (2016) explica que o “penso, logo, existo” é precedido de duas premissas “conquisto, logo, existo” e “extermino, logo, existo”. Não devemos esquecer duas outras premissas “sou superior, porque sou de aparência pura, branca” e “tenho o direito de querer o que é dos outros”. A instauração desse pretense direito universal e as consequentes desqualificações e inferiorizações epistemológicas e humanas do Sul-global são decorrentes da modernidade/colonialismo, que instaurou a dominação e conquista de outros territórios (África, Américas e Ásia), bem como, o extermínio de tudo e todos que desafiava este movimento. Ao dominar o mundo, os europeus estariam assumindo uma posição equivalente a Deus, e por isso, autorizados a destruir, desqualificar o/a outro/a: “É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o ‘conquisto’ e o racismo/sexismo epistêmico do ‘penso’ como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial” (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).

Lançadas as estruturas do epistemicídio, o silenciamento e a desqualificação daqueles considerados/as outros/as em suas intersecções de raça, gênero, classe e outras categorias, se instauram nas produções (acadêmicas, literárias, artísticas, tecnológicas) e até mesmo em nossos gostos musicais, moda, gastronomia e outros modos de satisfazer necessidades básicas. Parece ser algo distante, mas não, está presente e entranhado em nossas experiências e contextos sociais vividos. Para efeito de exemplificação, vamos pensar: na trajetória acadêmica, quais foram os/as autores/as discutidos/utilizados? As experiências vividas estão presentes em nossas escritas? São incentivadas pelo sistema escolar básico/universidades? Que obras literárias são privilegiadas no mercado editorial brasileiro? Quais autores e autoras? Que literatura infantil é inserida na educação básica? Estas perguntas nos fazem repensar como o epistemicídio está inserido em todas as dimensões da sociedade, produzindo silenciamentos, principalmente nos segmentos da população secularmente inferiorizados/exterminados: as mulheres e homens afrodescendentes, as/os latinas/os e as/os indígenas.

### **Resistindo aos silenciamentos na literatura Afro-Brasileira e nas literaturas Moçambicana e Angolana**

O desenvolvimento e manutenção do epistemicídio em nossas experiências, bem como no espaço escolar e no cenário literário exigem respostas fortes, ousadas e criativas para romper e/ou provocar rachaduras nessa estrutura. Percebemos, a partir da Lei Federal 11.645/2008, e da



sua precedente 10.649/2003, a força e ousadia de algumas escritoras/es afrodescendentes, africanas/os e a consolidação de editoras que fomentam as literaturas afro-brasileira, moçambicana e angolana como possíveis formas de resistências.

Pensando na literatura afro-brasileira como fonte de novas possibilidades e oportunidades para escritoras/escriitores afrodescendentes, assim como na inserção de outras formas de representação cultural, de outras realidades, conhecimentos e saberes sobre e desse grupo no universo literário, entendemos essa literatura como uma tentativa de ruptura da “autoridade discursiva” do grupo considerado dominante. Num movimento de denúncia das discriminações e racismos, valorização das experiências e cotidianos vividos, objetiva-se a construção positiva das identidades, a desnaturalização dos estereótipos e o alerta sobre os danos das conjunturas racistas e sexistas, como bem explica Bernd, “[...] uma literatura cujos valores fundadores repousam sobre a ruptura com contratos de fala e de escritura ditados pelo mundo branco e sobre a busca de novas formas de expressão dentro do contexto literário brasileiro” (1988, p. 22).

Estabelecendo ligações entre a literatura afro-brasileira e as literaturas africanas de língua portuguesa, em especial as de Moçambique e Angola, ambas procuram produzir rupturas à autoridade discursiva ditada pelo eixo Norte global. Ao trazer em suas histórias as realidades vivenciadas pelos/as moçambicanos/as e angolanos/as, a valorização da tradição oral e aventuras que percorrem diversos lugares dos países em destaque, conseguem elaborar outras representações sociais e culturais, e, além disso, disseminam diferentes epistemologias.

Numa pesquisa realizada por Oliveira (2014), na qual a mesma desenvolveu um mapeamento da produção literária infanto-juvenil moçambicana, em Maputo, no período de maio a outubro de 2009, foi constatado o pouco investimento conferido a essa literatura, “não circulam no mercado editorial local e, menos ainda, em grande parte do espaço escolar” (p. 95). Nessa mesma pesquisa, Oliveira (2014) destaca os principais temas dos livros encontrados por ela: patriotismo; consequências da guerra; orfandade advinda da SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida); lendas oriundas de contos tradicionais e as aventuras de dois irmãos gêmeos percorrendo lugares de Moçambique; as personagens em sua maioria são representadas com traços fenotípicos negroides. Ainda destacou o nome de alguns autores/autoras dos livros mapeados, como, Alberto da Barca, Angelina Neves, Calane da Silva, Carlos dos Santos, Felizmina W. Velho, Machado da Graça, Mário Lemos, Mia Couto, Pedro Muiambo e Rogério Manjate.

A literatura infantil moçambicana e a literatura infantil angolana estabelecem fortes ligações, principalmente no que se refere ao seu contexto de produção e circulação que influencia diretamente na mensagem trazida em seus livros, como aponta Debus (2013):

[...] refletem a produção de escritores do continente africano – Angola e Moçambique: escritores cidadãos de países libertos de um longo período de colo-



nização (novembro de 1975) e, ao mesmo tempo, enredados em outro longo período de guerras civis, que se encerram em fevereiro de 2002, e que trazem para os leitores, de forma ficcionalizada, a dura realidade enfrentada nesses períodos (p. 1133).

Debus, em sua pesquisa intitulada *Literatura angolana para a infância*, se debruça nas produções de três autores angolanos, a saber, José Eduardo Agualusa, Ondjaki e Zetho Cunha Gonçalves. No texto, Debus destaca as relações de Agualusa com o Brasil. Este autor, em 2006, junto com Conceição Lopes e Fatima Otero, fundou a editora brasileira Língua Geral, com o intuito principal de publicar autores/as de língua portuguesa, algumas de suas obras publicadas no Brasil são *Nação Crioula*, *O Ano em que Zumbi tomou o Rio*, *O Vendedor de Passados*, *As Mulheres de meu Pai*, *Estação das Chuvas*, *Barroco Tropical*, *O Filho do Vento* e *Nweti e o Mar: exercícios para sonhar sereias*.

Ondjaki também estabelece conexões com o lado de cá. Nasceu em 1977, em Luanda, e reside no Brasil desde 2004, tendo como livros publicados neste país os seguintes: *Bom Dia Camaradas*, *Os da minha Rua*, *Avó Dezanove e o Segredo do Soviético*, *Há Prendisajens com o Xão: o segredo húmido da lesma & outras descoisas* e *Os Vivos, o Morto e o Peixe-frito* (peça teatral). No que se refere à literatura de recepção infantil, destacam-se, *Ynari: a menina das cinco tranças*, *O Leão e o Coelho Saltitão*, *O Voo do Golfinho* e *A Bicicleta que tinha Bigodes*.

O último autor estudado, Zetho Cunha Gonçalves tem como obras infantis publicadas no Brasil os seguintes títulos: *Debaixo do Arco-Íris não passa Ninguém*, *A Caçada Real*, *Brincando Não Tem Macaco Troglodita* e *A Vassoura do Ar Encantado*.

As marcas do colonialismo e do epistemicídio atravessam tanto a literatura afro-brasileira como as literaturas africanas de língua portuguesa. Oliveira (2014) menciona que o colonizador caracterizou o colonizado a partir do seu olhar; a bestialidade, a inferiorização, os traços estereotipados da figura da/o afrodescendente, são alguns exemplos de representações encontradas na literatura desencadeadas pelo grupo hegemônico.

O mercado editorial brasileiro por muito tempo deixou as literaturas afro-brasileira e africanas de língua portuguesa, como a de Moçambique e Angola, à margem, priorizando a considerada “literatura clássica”. O silenciamento conferido a essas literaturas é proveniente da desqualificação daquilo que é produzido pelas/os afrodescendentes e africanas/os, historicamente firmado pelo epistemicídio. Como exemplo, temos Maria Carolina de Jesus (1914-1977), mulher afrodescendente brasileira, mãe, solteira, pobre, moradora de uma favela que escrevia num diário improvisado feito de papéis que encontrava no lixo. Segundo Coronel (2011), a mesma conseguiu publicar seu diário em forma de livro, intitulado *Quarto de despejo: diário de uma favelada* com a ajuda do jornalista Audálio Dantas, em 1960. Sua obra foi traduzida para outros idiomas, sendo conhecida em diversos países, entretanto, depois de sair da favela e





comprar uma casa de alvenaria, não conseguiu atingir sucesso de vendas em seus outros livros (CORONEL, 2011). Carolina de Jesus só interessava ao público e crítica quando era um “bicho exótico da favela”. Saindo dessa condição, as malhas do epistemicídio trataram de silenciá-la. Essa realidade se conecta com as linhas abissais propostas por Boaventura, elas se instauram em qualquer lugar, neste caso, demarcando aquilo que deve ser lido/reconhecido em contraposição àquilo que deve estar às sombras, escondido.

Porém, algumas formas de resistências e tentativas de romper com essas estruturas que aprisionam a escrita das/os afrodescendentes brasileiras/os já existiam desde o período escravista. Especificamente sobre a atividade editorial brasileira, citamos como exemplo o editor oriundo do Rio de Janeiro, Francisco de Paula Brito, que, em meados do século XIX, pode ser considerado “[...] o primeiro ativista a inserir no debate político-editorial a questão racial, sendo considerado, o precursor da imprensa ‘negra’. Ele também foi o primeiro editor de Machado de Assis” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016, p. 97).

Mulheres afrodescendentes brasileiras como Esperança Garcia (1751) e Maria Firmina dos Reis (1825-1917) conseguiram de maneiras diferentes quebrar as barreiras impostas pelo racismo e sexismo. A primeira trata-se de uma mulher afrodescendente escravizada que redige uma carta ao governador da Província do Piauí, no dia 06 de setembro de 1770, para denunciar os maus tratos oriundos do sistema escravista. Essa carta é considerada por Souza (2015) “uma gênese da literatura afro-brasileira” (p. 147). A segunda escreveu um livro, em 1859, intitulado “Úrsula”, sendo considerado um romance abolicionista, possivelmente o primeiro na história do Brasil, produzido pela Tipografia do Progresso de São Luís; além disso, esta mulher conseguiu aprovação no concurso para Instrução Primária e lecionou até 1881. Neste mesmo ano, fundou uma escola mista no povoado de Maçaricó, sendo obrigada a fechá-la com apenas dois anos de existência, pois os/a filhos/as de engenhos e os filhos/as de pobres lavradores reuniam-se nos mesmos bancos escolares, o que causou ameaças à figura de Maria Firmina dos Reis (VIANNA, 2017). Essas duas mulheres conseguiram, a seu modo, provocar rachaduras nas malhas rígidas do epistemicídio, racismo e sexismo, através da escrita e da educação formal (dois espaços historicamente negados às mulheres afrodescendentes).

Outras mulheres afrodescendentes, como Conceição Evaristo, Lia Vieira, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Sônia Fátima da Conceição e outras estão resistindo às barreiras editoriais, sociais e culturais através da escrita: “[...] Sempre combativas contra a discriminação, as escritoras afro-americanas e afro-brasileiras adotam específicas e diferentes estratégias de ação em sua luta” (SALGUEIRO, 2004, p. 119).

Na literatura infantil afro-brasileira também encontramos mulheres afrodescendentes que procuram desmistificar os estereótipos negativos sobre as/os meninas/os afrodescendentes, gerando um movimento de representatividade, dentre essas mulheres citamos Kiusam de Oliveira,



com algumas de suas obras infantis, a saber: *Omo-Oba: Histórias de Princesas*, *O mar que banha a ilha de Goré*, *Omo-Oba: Histórias de Príncipes* e *O mundo no black power de Tayó*. Há também Carmen Lúcia Campo, alguns de seus livros infantis são *A Bisa Fala Cada Coisa e Meu Avô Africano*. Outra escritora que se destaca é Madu Costa; *Meninas Negras e Cadarços Desamarrados* são algumas de suas publicações infantis. Ao mesmo tempo, temos Nilma Lino Gomes, que produziu livros como *Betina e Cabelos Crespos*. Essas são apenas algumas de várias escritoras afrodescendentes que se lançam no mercado editorial para produzir outras representações, saberes e conhecimentos sobre as/os descendentes de africanos (e outras temáticas relacionadas) como forma de enfrentar para reverter os estereótipos e as discriminações de raça e gênero da sociedade brasileira numa perspectiva interseccional.

Outras formas de resistências estão sendo realizadas, como a crescente consolidação de editoras empenhadas em publicar literaturas afro-brasileiras e africanas de língua portuguesa, como as editoras Pallas, Mazza Edições, Ogum's, Kapulana, Nandyala, Malê Edições, Ciclo Continuo Editorial, Selo Negro – Summus.

Para conhecer um pouco mais sobre essas editoras, procuramos algumas informações em seus sites. A editora Pallas foi fundada em 1975, na cidade do Rio de Janeiro, e possui o objetivo de fomentar as tradições religiosas, linguísticas e filosóficas dos/as afrodescendentes (PALLAS, 2018). Na mesma direção, a editora Mazza Edições abriu as portas em 1981, em Minas Gerais, investindo na publicação de autoras e autores afrodescendentes e livros que abordem a temática relacionada à afrodescendência (MAZZA EDIÇÕES, 2018). A editora Selo Negro Edições, criada em 1999, publica temas que tratam essencialmente de aspectos da cultura afro-brasileira e da situação social, política e econômica dos/as afrodescendentes no Brasil e no mundo (SELO NEGRO EDIÇÕES, 2018). Na mesma perspectiva, a Editora Nandyala criada em 2006, se propõe a produzir e fazer circular obras ensaísticas e literárias de autorias afrodescendentes e indígenas (NANDYALA, 2018). A editora Ciclo Continuo Editorial surgiu em 2009 na tentativa de reverter os sufocamentos literários, evidenciando outras vertentes, como as literaturas afro-brasileira e indígena (CICLO CONTINUO EDITORIAL, 2018). A editora Kapulana existente desde 2012 com foco em publicações científicas bilíngues (inglês e português) e, a partir de 2014, ampliou seu catálogo editando literatura moçambicana e angolana (KAPULANA, 2018). A editora Ogum's, fundada em 2014, evidencia no seu site a tentativa de romper com o epistemicídio, publicando autoras e autores afrodescendentes (OGUM'S, 2018). A Malê Edições, fundada em 2015, na cidade do Rio de Janeiro, prioriza a edição de textos de literatura (romances, contos, poesia e ensaios) escritos por escritoras e escritores afrodescendentes (MALÊ EDIÇÕES, 2018).

Dentre essas editoras, uma se destaca por incentivar a publicação das literaturas moçambicana e angolana para o segmento infantil, no caso, a Editora Kapulana. Essa medida é extremamente importante, já que as literaturas africanas de língua portuguesa para esse público



sofrem tanto com o pouco investimento em seus países de origem como no lado de cá. A editora em questão tenta minimizar a escassez desse tipo de literatura aqui no Brasil. São travessias necessárias, há muito o que aprender com o lado de lá e, assim, é possível dimensionar relações entre Brasil, Angola e Moçambique.

Diante disso, consideramos oportuno conhecer um pouco mais sobre os livros e autoras/es oferecidos pela editora Kapulana. Para isso, realizamos um levantamento no primeiro trimestre de 2018 sobre a quantidade de livros publicados, os anos de publicação e autoria desses livros, a partir das informações disponíveis em seu catálogo *on line*, em especial da seção infantil. Em linhas gerais, encontramos, até o período descrito, um total de 14 livros infantis, publicados nos anos de 2015, 2016 e 2017. Dentre esses 14 livros, totalizamos 09 produzidos em Moçambique; 02 livros provenientes da Angola e 03 produzidos no Brasil. Os livros produzidos em Moçambique são de autoria de Rogério Manjate, Pedro Pereira Lopes, Lucílio Orlando Manjate, Hélder Faife, Ungulani Ba Ka Khosa, Tatiana Pinto e Silvia Bragança. Os livros produzidos em Angola são de Maria Celestina Fernandes. E, por último, aqueles produzidos no Brasil são de autoria de Kely Elias de Castro, Carolina Mondin e Aurélio de Macedo.

Os livros de literatura moçambicana publicados pela editora em destaque são, em grande parte, provenientes de contos da tradição oral de Moçambique, evidenciando aventuras vivenciadas, na maioria das vezes, por meninos e algum bicho de estimação. Entretanto, encontramos um livro que foge dessa descrição, nesse caso, é a obra de Tatiana Pinto, intitulada *A viagem*, de 2017, que conta a história de Inaya, filha de Masud e Wimbo, essa garota gostaria de ter o mesmo tratamento dado aos seus irmãos Agot e Mbuio. A protagonista precisará sair de sua aldeia para salvar seus irmãos e nessa viagem descobre sua força e coragem. Este livro tem como escopo as relações desiguais de gênero, oportunizando que uma menina experimente aventuras até então designadas apenas aos meninos, assim é possível perceber outras representações femininas nessa obra.

No que se refere aos livros produzidos em Angola, destacamos a obra *Kambas para sempre*, escrita por Maria Celestina Fernandes, que traz a história de Lueji, uma menina brasileira e afrodescendente que gosta de ouvir as histórias da avó, que narra os episódios contados por seus bisavós, trazidos ao Brasil em navios negreiros. A protagonista passa por várias situações preconceituosas, descobrindo o valor da amizade e a importância de celebrar as diferenças. Outro livro da mesma autora que merece destaque é *Kalimba*, o mesmo conta a história do pequeno Kababo e seu pássaro Kalimba percorrendo as aldeias de Angola, proporcionando a ambos conhecer pessoas e animais e, com isso, aprendem diversas lições.

Percebemos que, até o período da realização desse levantamento, o número de autores era superior ao de autoras. As escritoras Tatiana Pinto, Silvia Bragança e Maria Celestina Fernandes conseguiram provocar tensões nas malhas do epistemicídio, racismo e sexismo. Essas con-



quistas precisam ser disseminadas para servir de incentivo a outras mulheres afrodescendentes. Nesse movimento de representatividade e, mais do que isso, afirmação dos nossos lugares de fala como mulheres afrodescendentes e/ou africanas, discorreremos sobre essas autoras a partir de informações retiradas no site da editora investigada.

Começamos com Tatiana Pinto que nasceu em 1985 na Zambézia, uma província do norte de Moçambique, onde viveu até seus 17 anos. Depois, foi morar em Timor-Leste, país de origem de sua mãe. Resolveu estudar Jornalismo, mudando-se para Portugal em 2006, quando concluiu o curso retornou para Moçambique. Outra obra de sua autoria é *Stella e a Menina do Mar*, de 2012. Enquanto que a autora Sílvia Bragança, nascida em 1937, proveniente da Índia, mas radicada há muitos anos em Moçambique, além de escritora, é também professora, pintora, poeta e dedica-se a projetos de educação para crianças moçambicanas. Outras obras de sua autoria são *A quem a minha vida, a vida deu?*, de 1998, e *Aquino de Bragança, batalhas ganhas, sonhos a continuar*, de 2009. Dando continuidade, a autora Maria Celestina Fernandes nasceu no Lubango, província da Huíla, no sul da Angola, em 1945. Entretanto, mudou-se para Luanda muito jovem, onde cresceu e fez toda sua formação. É Assistente Social e licenciada em Direito. Chefiou o departamento social do Banco Nacional de Angola e, posteriormente, passou para a área jurídica, aposentando-se na categoria de subdiretora. Sua carreira literária iniciou-se apenas no começo da década de oitenta. Produziu diversas obras, principalmente na literatura infanto-juvenil, tendo, inclusive, produções premiadas e traduzidas para outros idiomas; algumas de suas obras são *Retalhos da vida*, de 1992, *A árvore dos gingongos*, de 1993, *Poemas*, de 1995, *A rainha tartaruga*, de 1997, *Disputa entre o vento e o sol e outras histórias*, de 2016, *O grande encontro*, de 2016 e tantas outras.

A consolidação das editoras especializadas na afrodescendência, citadas anteriormente, principalmente aquelas que possuem mais de 30 anos de mercado, a saber, Pallas, Mazza Edições e Selo Negro Edições, e o surgimento de outras editoras em períodos posteriores às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, como Nandyala, Ciclo Contínuo Editorial, Kapulana, Ogum's e Malê Edições, sugere que as leis influenciaram direta e/ou indiretamente nesse cenário, pois, em termos legais, as literaturas afro-brasileira e africanas tornaram-se requisitadas pelas escolas. Ao mesmo tempo em que as leis influenciam na permanência dessas editoras, essas últimas conferem às leis instrumentos reais para sua efetivação.

A conquista da Lei Nº 10.639/2003 foi oriunda das reivindicações e lutas de grupos organizados das/os afrodescendentes, demonstrando-se como resistência frente ao silenciamento e desqualificação desse segmento no espaço escolar, exigindo uma mudança estrutural, como aponta Nilma Lino Gomes:

Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga



a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (2012, p.100).

Essas formas de resistências elencadas até aqui demonstram que as/os afrodescendentes constantemente produzem respostas frente ao epistemicídio, possibilitando novas perspectivas de representação, conhecimento e saberes como forma de reverter às “linhas abissais” que nos separam. Essas respostas audaciosas, criativas e fortes nos mostram a necessidade de produzirmos respostas frente aos racismos, discriminações e preconceitos, seja através da escrita, fala, dança e outras formas/linguagens. Essas medidas são a todo tempo solicitadas, principalmente pelas crianças afrodescendentes, ainda que indiretamente, pois muitas vezes sofrem pela falta de representatividade, são marginalizadas pelas/os colegas de sala de aula e até mesmo pelas professoras/es, acarretando prejuízos em suas identidades e no êxito escolar. Por isso, indagamos: o que podemos aprender com essas respostas?

### **Resistências e aprendizagens: algumas palavras inconclusivas sobre a questão**

As respostas elaboradas por algumas mulheres e alguns homens afrodescendentes na literatura afro-brasileira, assim como a criação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, traduzem a importância do lugar de fala. Quebram-se o privilégio discursivo do grupo dominante proporcionando que nossas experiências, conhecimentos e saberes sejam conhecidos e legitimados.

Mas, o que de fato é o lugar de fala? Todos possuem lugares de fala? Quem pode falar? Falar o que, de que e para quem? Ribeiro (2017) nos ajuda a pensar sobre essas indagações explicando que lugar de fala é a localização social que as/os sujeitas/os estão inseridas/os. Lugares e condições historicamente construídos em decorrência dos aparatos colonialistas. A ideia é conseguir entender que possuímos lugares de falas distintos e não tomar para si a autoridade discursiva sobre/de determinado grupo por pertencer a ele: é preciso que “[...] indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado, em termos de *locus* social, consigam enxergar hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p.86).

As respostas produzidas como forma de combater o epistemicídio são tentativas de evidenciar os lugares de fala de mulheres e homens afrodescendentes, dando a conhecer ao grupo dominante tais lugares e condições. É necessário que nossas vozes ecoem, como bem ressalta Anzaldúa: “Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. [...] Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel” (2010, p. 235).

A opção de dar maior destaque às contribuições das mulheres afrodescendentes e africanas nas literaturas afro-brasileira, moçambicana e angolana propõe evidenciar o lugar de fala dessas mulheres. A pretensa universalidade epistêmica combinada com os meandros do epis-



temicídio deixaram as vozes dessas mulheres, e outras pessoas como elas, abafadas, os conhecimentos produzidos por elas são considerados inferiores e, assim, pertencentes ao “outro lado da linha”. As respostas empreendidas pelas mulheres afrodescendentes e africanas na literatura (e em outros espaços) buscam reverter essas naturalizações construídas e impostas através dos tempos pela conjuntura do epistemicídio.

Antes das Leis Federais Nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e Nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008), oficialmente, as temáticas relacionadas à afrodescendência e às relações de diáspora África-Brasil não eram inseridas nos espaços escolares, acarretando na reprodução de naturalizações e ideias estereotipadas, sem contar na falta de representatividade dos livros infantis e didáticos, produzindo prejuízos na construção das identidades das crianças afrodescendentes. Elas “[...] convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão desistoricizada” (GOMES, 1995, p. 58). Com a criação dessas leis se tornou mais comum encontrar atividades voltadas às questões raciais no cotidiano escolar, possibilitando que essas questões sejam discutidas em salas de aula de maneira crítica e positiva. Outras mudanças podem ser evidenciadas, como os materiais didáticos que começam a se preocupar com a “visão distorcida” sobre as/os descendentes de africanas/os, introduzindo nos livros novos olhares e perspectivas que fujam da associação errônea que percebe as/os afrodescendentes como escravas/os. Com essas mudanças é possível que as crianças tenham contato com outras epistemologias e representações.

As Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 são uma forma de romper com as linhas abissais, provocando a insurgência do *pensamento pós-abissal*, a partir do qual se acredita que a diversidade do mundo é inesgotável e por isso, não poderia existir uma epistemologia única/universal (SANTOS, 2010). As referidas leis, bem como as medidas realizadas pelas editoras com escopo na afrodescendência, proporcionaram direta e indiretamente pensarmos com as *epistemologias* do sul, ou seja, com os conhecimentos historicamente inferiorizados e desqualificados, aqueles pertencentes ao “outro lado da linha”, nosso lado do mundo. Com essas respostas é possível que “a diversidade do mundo” seja reconhecida e legitimada dentro e fora das escolas.

Com o cenário político instável em que nos encontramos atualmente, torna-se cada vez mais necessário que nossas vozes e lutas ecoem. É imperativo que continuemos a produzir respostas frente ao epistemicídio, tendo na literatura infantil afro-brasileira e nas literaturas infantis africanas de língua portuguesa, como as de Moçambique e Angola, uma estratégia de resistência concreta. E, assim, reforçamos que as leis em questão precisam de mais respostas criativas, ousadas e corajosas, como das/os escritoras/es afrodescendentes e africanas/os e das editoras especializadas nessa temática, para serem efetivadas de maneira objetiva.

## REFERÊNCIAS



BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008.

Alterar a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 10 jun. 2018.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-n-c3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf> Acesso em 20 de abr. de 2018.

CICLO CONTINUO EDITORIAL. **Um pouco sobre nós**. Disponível em: <http://ciclocontinoeditorial.com/> Acesso em: 01 de fev. de 2018.

DEBUS, Eliane Santana Dias. A Literatura Angolana para Infância. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1129-1145, out./dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000400007>.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. 1Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> Acesso em 10 de abr. de 2018

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: ra-



cismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

KAPULANA. **A Kapulana**. Disponível em: <http://www.kapulana.com.br/a-editora/> Acesso em: 01 de fev. de 2018.

MALÊ EDIÇÕES. **Somos**. Disponível em: <https://www.editoramale.com/> Acesso em: 01 de fev. de 2018.

MAZZA EDIÇÕES. **Mazza Edições e Penninha Edições** / Pioneirismo e resistência. Disponível em: [www.mazzaedicoes.com.br/](http://www.mazzaedicoes.com.br/) Acesso em: 01 de fev. de 2018.

NANDYALA. **A editora**.

Disponível em: <http://nandyalalivros.com.br/tag/nandyalaeditora/> Acesso em: 01 de fev. de 2018.

OGUM'S. **Somos Ogum's**. Disponível em: <http://www.editoraogums.com/> Acesso em: 01 de fev. de 2018.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3., p. 90-107, set./ dez., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.22.3.90-107>

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Literatura infanto-juvenil moçambicana: a série Os gêmeos, de Machado da Graça, e outras travessias. **Contexto**, Vitória, n. 26, p. 01-107, maio/junho, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/8727/6134> Acesso em: 10 de jan. de 2018.

PALLAS. **A editora**. Disponível em: <http://www.pallaseditora.com.br/> Acesso em: 01 de fev. de 2018.

RABAKA, Reiland. **Against epistemic apartheid: W. E. B Du Bois and the disciplinary decadence of sociology**. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **Escritoras negras contemporâneas: estudo de narrativas: Estados Unidos e Brasil**. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.





SANTOS, Boaventura; MENESES, Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SELO N]EGRO EDIÇÕES. **Nossa história**.

Disponível em: [https://www.gruposummus.com.br/selonegro/selonegro\\_nossa.php](https://www.gruposummus.com.br/selonegro/selonegro_nossa.php) Acesso em: 01 de fev. de 2018.

SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escrava ‘Esperança Garcia’ de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. *In: África Brasil: Identidades e Diásporas*, 4., 2015, Teresina. **Anais Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas – África Brasil: Identidades e Diásporas**. 4. Teresina: Universidade Estadual do Piauí (UESPI), 2015, p.01-26. Disponível em: [http://s3.amazonaws.com/nepa2015/ckeditor\\_assets/attachments/145/a\\_carta\\_da\\_escrava\\_esperanca\\_garcia\\_de\\_nazare\\_do\\_piaui\\_uma\\_narrativa\\_de\\_testemunho\\_precursora\\_da\\_literatura\\_afro-brasileira.pdf](http://s3.amazonaws.com/nepa2015/ckeditor_assets/attachments/145/a_carta_da_escrava_esperanca_garcia_de_nazare_do_piaui_uma_narrativa_de_testemunho_precursora_da_literatura_afro-brasileira.pdf) Acesso em: 01 jun. 2017.

VIANNA, Eduardo Rodrigues. Este livro. *In: REIS, Maria Firmina dos. Úrsula*. Jundiaí, SP: Cadernos do Mundo Inteiro, 2017.

Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50444193/ursula-reis-maria-firmina-cadernos-do-mundo-inteiro> Acesso em 10 abr. de 2018.

